

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

GABRIELA VIEIRA XAVIER

Atuação de Empresas Militares de Segurança Privada no Iraque pós invasão norte-  
americana em 2003

São Paulo

2024

GABRIELA VIEIRA XAVIER

Atuação de Empresas Militares de Segurança Privada no Iraque pós invasão norte-americana em 2003

Trabalho de Conclusão de Curso pela  
Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo (PUC-SP)

Orientador: Rodrigo Augusto Duarte  
Amaral.

São Paulo

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à minha família, que me deu todo o suporte necessário ao longo da minha vida acadêmica. Nada disso seria possível sem o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que possibilitou minha entrada na universidade e foi essencial para todos os conhecimentos e experiências adquiridos durante minha graduação.

Agradeço também aos meus quatro gatos e dois cachorros, que me acompanharam durante toda a elaboração do meu trabalho, trazendo leveza em momentos de ansiedade. Sou igualmente grata aos seis filhotes de gato e sua mãe que resgatei e ofereci um lar temporário, os quais me proporcionaram alegria e distração em momentos de frustração.

Agradeço aos meus colegas de sala, que compartilharam essa jornada acadêmica comigo, e a todos os professores, cujos ensinamentos levarei comigo para sempre. Por fim, deixo meu especial agradecimento ao meu orientador, Rodrigo Augusto Duarte Amaral, por suas excelentes orientações e por sua ajuda inestimável na construção desta pesquisa.

## RESUMO

Com o fim da Guerra Fria, o vácuo de segurança que se formou no sistema internacional com a derrota da União Soviética e a consolidação das ideias neoliberais dos anos 1990, as Empresas Militares de Segurança Privada passaram a estar cada vez mais presente no sistema internacional. A consolidação da onda neoliberal dos anos 1990 promoveu o fortalecimento e a expansão de políticas de Estado mínimo, incluindo práticas de terceirização e privatização – ações e empresas que eram concentradas no setor público passaram a ser privatizadas-, fornecendo oportunidade para a indústria militar de segurança privada. Diante das novas guerras e intervenções realizadas pelo Norte global na periferia do sistema internacional, a atuação das EMSPs se intensificou ainda mais nos conflitos internacionais após o 11/09, atuando na luta contra o terrorismo. No Iraque, as EMSPs desempenharam papel fundamental no período de reconstrução nacional, sustentando o interesse e a presença norte-americana no país, de modo que o número de agentes privados ultrapassava a número de soldados das Forças Armadas americanas. A partir do sucesso das empresas militares privadas de segurança no Iraque, seu custo-benefício e seu mercado fluido e transacional, a indústria militar privada se expandiu no mundo. Essa expansão proporciona o uso e controle da violência por atores não estatais, levando a diminuição do monopólio do Estado sobre o uso da violência e indefinição das esferas público-privado nas questões de segurança. Por isto, este trabalho tem como objetivo analisar o mercado das EMSPs e seus impactos nos direitos humanos e direito internacional, enfatizando a atuação das EMSPs no Iraque como fator chave para a expansão da indústria militar de segurança privada.

**Palavras-chave:** Empresas Militares de Segurança Privada. Segurança Internacional. Guerra do Iraque. Guerra ao Terror. Mercado militar privado.

## ABSTRACT

With the end of the Cold War, the security vacuum that emerged in the international system with the defeat of the Soviet Union and the consolidation of neoliberal ideas in the 1990s led to an increasing presence of Private Military Security Companies (PMSCs) in the international system. The consolidation of the neoliberal wave of the 1990s promoted the strengthening and expansion of minimal state policies, including outsourcing and privatization practices - actions and companies that were previously concentrated in the public sector began to be privatized - providing opportunities for the private military security industry. In light of new wars and interventions carried out by the global North in the periphery of the international system, the role of PMSCs intensified even more in international conflicts post-9/11, particularly in the fight against terrorism. In Iraq, PMSCs played a fundamental role during the period of national reconstruction, sustaining American interests and presence in the country, such that the number of private agents exceeded the number of American Armed Forces soldiers. Following the success of private military security companies in Iraq, due to their cost-effectiveness and fluid, transactional market, the private military industry expanded globally. This expansion allows for the use and control of violence by non-state actors, leading to a reduction in the state's monopoly on the use of violence and blurring the lines between public and private spheres in security matters. Therefore, this paper aims to analyze the PMSC market and its impacts on human rights and international law, emphasizing the role of PMSCs in Iraq as a key factor for the expansion of the private military security industry.

**Keywords:** Private Military Security Companies. International Security. Iraq War. War on Terror. Private Military Market.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Contratados privados no Iraque pelo tipo de serviço prestado em março de 2011 .....	34
Gráfico 2 - Número de contratados privados no Iraque vs soldados uniformizados ao longo dos anos. ....	35

## LISTA DE SIGLAS

ACLED	The Aemed Conflict Location & Event Data Project
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BRI	Iniciativa Cinturão e Rota
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CPA	Autoridade Provisória de Coalizão
DCAF	Geneva Centre for Security Sector Governance
DOD	Departamento de Defesa norte-americano
EAST	Eagle Aviation Services and Technology
EMSP	Empresas Militares de Segurança Privada
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICoC	Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada
KBR	Kellog Brown & Root Corporation
MERICS	Mercator Institute for China Studies
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCO	Iraq Project and Contracting Office
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PWSCL-TTU	Peace, War and Social Conflict Laboratory at Texas University
SAS	Serviços Aéreos Especiais Britânicos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UVA	Veículos Aéreos Não Tripulados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>USO DE EMPRESAS MILITARES DE SEGURANÇA PRIVADA NO PERÍODO PÓS GUERRA-FRIA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>A INDÚSTRIA MILITAR DE SEGURANÇA PRIVADA.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>ATUAÇÃO DE EMPRESAS MILITARES DE SEGURANÇA PRIVADA NO IRAQUE E SUA EXPANSÃO GLOBAL.....</b>	<b>28</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Guerra no Iraque foi fator chave para a ascensão e expansão do setor militar privado, uma vez que as Empresas Militares de Segurança Privada (EMSPs) atuaram de forma contínua, intensa e nuca vista antes. Jeremy Scahill (2008) em sua obra “*Blackwater: The Rise of the World’s Most Powerful Mercenary Army*” afirma que quando as tropas americanas invadiram o Iraque, trouxeram consigo o maior exército de contratados privados já utilizado em uma guerra. Em 2006, estima-se que havia cerca de 100.000 contratados privados em solo iraquiano - número que chegou a ultrapassar a quantidade de soldados do exército norte-americano (SCAHILL, 2008). Em 2007, o governo americano pagava mais contratados privados (180.000) do que soldados regulares (160.000) no Iraque (SCAHILL, 2008).

Raviq Ayusi (2018) em sua obra “*The efficiency of the use os Private Military Security Companies (PMSC) by the United States in Iraq*” revela que em 2008, o Departamento de Defesa das EUA empregou 155.826 funcionários privados e 152.275 soldados no Iraque. Com o fim da operação, os Estados Unidos retiraram suas tropas, porém os serviços das EMSPs continuaram em solo iraquiano, com justificativa de proteção da instalação diplomática norte-americana no Iraque frente a instabilidade da região (AYUSI, 2018 apud ZUDMA, 2017).

Com o fim da Guerra-Fria o uso da indústria militar privada se intensificou no mundo. No entanto, o uso de atores privados por Estados em questão de segurança não é uma temática recente no âmbito da Segurança Internacional. Os serviços militares já ocorrem antes do século XX, com a atuação de mercenários, piratas e corsários na Europa Ocidental. Entretanto, a partir do Tratado de Westfália em 1648, foi estabelecido o princípio da soberania estatal para assuntos internos e assim, os exércitos estrangeiros contratados passaram a ser substituídos por exércitos nacionais. No entanto, com o fim da Guerra Fria, as EMSPs foram reintroduzidas no plano de segurança internacional, uma vez que surgiu um espaço e demanda para o estabelecimento da indústria militar privada.

Cauê Rodrigues Pimentel (2013) em seu artigo “A ascensão de Empresas Militares e de Segurança Privada no Pós-Guerra Fria: Genesis do problema e seus impactos sobre a Segurança Internacional” afirma que nos anos 1990 houve a consolidação da onda neoliberal em nível global, promovendo o fortalecimento e a expansão de políticas de Estado mínimo e do movimento de terceirização e privatização. Com isso, houve a diminuição da gestão pública em detrimento da iniciativa privada, abrindo oportunidade para a indústria militar de

segurança privada. Nesse contexto, Jeffrey Isima (2009) em seu artigo “*The Global Marketplace and the Privatisation of Security*” estabelece que o governo de Reagan nos Estados Unidos e as ideias em ascensão de Thatcher no Reino Unido, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, foram os percussores do modelo neoliberal (ISIMA, 2009 apud WILLIAMSON, 1993).

Singer (2002) em seu artigo “*Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry and Its Ramifications for International Security*” aponta três fatores que influenciaram para o crescimento da indústria militar privada de segurança: 1) vácuo em questões de segurança com a derrota da União Soviética; 2) transformações na natureza da guerra com o uso da tecnologia e 3) crescimento da privatização em uma era globalizada com o sucesso das ideias de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha no ramo neoliberal de privatização que fizeram com que o setor privado fosse visto como mais eficiente do que o setor público.

Além disso, Ariana Bazzano de Oliveira (2010) em seu artigo: *A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”* argumenta que as empresas privadas de segurança e militares internacionais contemporâneas teve sua ascensão no início de 1990, com o surgimento de prestadores de segurança privada com estrutura corporativa. Na perspectiva da autora (2010), três fatores favorecerem para essa ascensão: 1) forte presença e influência dos modelos de livre-mercado nos Estados no pós Guerra-Fria, potencializando a tendência à terceirização de funções governamentais tradicionais; 2) declínio global dos exércitos nacionais, proporcionando um cenário com ex-militares treinados livres para contratação das empresas privadas e 3) retirada gradual das grandes potências de diversas regiões em desenvolvimento.

Somado a isso, as empresas militares de segurança privada foram atores fundamentais na “Guerra ao Terror”, atuando na luta contraterrorista em países com “potenciais células terroristas” na percepção americana, como ocorreu no Iraque e Afeganistão. De acordo com Paoliello e Nasser (2015) em seu artigo “Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque”, a contratação de empresas militares por parte do Estados Unidos aumentou expressivamente após o ataque terrorista as torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Na perspectiva de Singer (2002), as empresas militares privadas são entidades corporativas especializadas na prestação de serviços militares, incluindo operações de combate tático, planejamento estratégico, coleta e análise de inteligência, apoio operacional,

treinamento de tropas, treinamento militar e assistência técnica. Essas corporações militares de segurança privada prestam diversos serviços que vão para além do âmbito militar: comando e controle, logística e transporte, guarda-costas, proteção de instalações de petróleo, instalação de equipamentos sofisticados, prevenção de crime, operações de contrainsurgência e antiterrorismo, tradução e comunicação, consultoria, telecomunicações, refeições, lavanderia e serviços administrativos (COSTA, 2012; AVANT, 2005; NASSER e PAOLIELLO, 2015).

A ascensão da indústria militar privada representa a quebra do monopólio da força pelo Estado, uma vez que cada vez mais atores não estatais estão controlando o uso da força em nível internacional. O uso das EMSPs no Iraque ilustra bem esse processo, visto que com a invasão norte-americana em 2003, as forças americanas trouxeram consigo um exército de soldados privados nunca utilizados em um conflito anteriormente. Avant (2005) aponta em seu artigo “*Private Military Companies*” que no Iraque em 2004 havia aproximadamente 20.000 funcionários de diversos países: Fiji, Israel, Nepal, África do Sul, Reino Unido e os Estados Unidos. Esses funcionários eram empregados por 25 empresas militares de segurança privada diferentes e trabalhavam tanto para o governo americano, governo britânico, Autoridade Provisória de Coalizão (CPA), empresas privadas e organizações internacionais.

Durante a Guerra do Iraque em 2003, as empresas militares de segurança privada prestavam uma série de serviços com influência direta ou indireta no conflito, incluindo apoio operacional para o bombardeio furtivo B-2, caça furtivo F-117, Global Hawk UAV, aeronaves de reconhecimento U-2, tanque M-1, helicóptero Apache e muitos navios da marinha (AVANT, 2005). A *DynCorp* possui um contrato com o governo dos Estados Unidos para serviços de treinamento inicial para as polícias iraquianas e construção de prisões e sistema de justiça no período de reconstrução do país (AVANT, 2005). Além disso, a empresa *Blackwater* prestava serviços de proteção a autoridades americanas quando estavam em solo iraquiano.

As empresas norte-americanas *AirScan*, *Eagle Aviation Services and Technology (EAST)*, *ICI Oregon*, *Pacific Architects and Engineers* e *Sumairco* ofereciam serviços aéreos de apoio operacional para os Estados Unidos (EUA) ou outros militares (AVANT, 2005). A empresa *Vinnell* possuía um contrato com os EUA para treinamento do exército iraquiano, com subcontratos com a MPRI, SAIC, *Eagle Group International* e *Omega Training Group*. Além disso, a empresa CSC assim como a *DynCorp* possuía contrato com o governo

americano para o treinamento e apoio da polícia iraquiana. A *Erinys International* também atuava no processo de reconstrução do Iraque e no final de 2003 possuía um contrato de US\$ 175 milhões de dólares para serviços de proteção de instalações petrolíferas do Iraque, com mais de 16.000 funcionários empregados e treinados pela própria empresa (TERLOKOWSKI, 2008). Avant (2005) aponta que houve um contrato entre a CPA e a empresa sul-africana *Erinys* para treinar a Força de Proteção de Instalações Iraquiana, proteger instalações de petróleo e oleodutos no Iraque.

Ademais, as empresas militares privadas de segurança privada se autorregulam e competem no mercado internacional a partir de boas práticas, prestígio do Estado contratante e respeito aos direitos humanos e direito internacional. Apesar disso, como argumentado por Oliveira (2010) e Nasser e Paoliello (2015) muitas empresas militares estão atreladas a violação dos direitos humanos e do direito internacional, porém não são responsabilizadas e nem punidas, visto que possuem imunidade e “vácuo jurídico” que dificultam sua visibilização, responsabilização e penalização. Paralelo a isso, embora a atuação de empresas de segurança não seja ilegal perante o direito internacional, os contratantes privados atuam em um âmbito impreciso entre combatentes e não combatentes (AVANT, 2005). Essa indefinição faz com que atuem em um “vácuo” jurídico, dificultando sua responsabilização, punição e visibilização.

Assim como, essa falta de responsabilização também está atrelada a falta de uma norma ou tratado internacional com força obrigatória e alto grau de adesão que limite as ações dos funcionários privados. Existem duas iniciativas em nível internacional que tentam regulamentar as ações das EMSPs: O Documento de Montreux e o Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada (ICoC). No entanto, esses documentos são falhos, pois estabelecem apenas recomendações, e, portanto, não possuem força vinculativa e nem alta adesão por parte das próprias EMSPs e países da comunidade internacional.

O mercado das EMSPs é transnacional e fluído: atuam em diversas partes do mundo, seus funcionários são de nacionalidades variadas, possuem escritórios espalhados pelo globo, possuem contrato com clientes diferentes e prestam uma série de serviços simultaneamente. Essa fluidez e transacionalidade permite que as EMSPs mudem de localidade para evitar restrições legais. É importante ressaltar que os funcionários que compõe as EMSPs, geralmente possuem conhecimentos militares ou de inteligência prévia, sendo ex-militares, antigos funcionários do governo ou de outras empresas militares de segurança privada. De

acordo com Oliveira (2010), as empresas militares privadas de segurança privada atuam tanto em países ricos quanto em países pobres, sendo também um fator de grande influência na resolução de conflitos de regiões como a Eritreia, Angola, Serra Leoa, Somália, Kosovo, Colômbia, Haiti etc.

Avant (2005) afirma que o aumento do uso da indústria militar privada reflete a crescente indefinição dos limites entre segurança interna e externa (público e privado), uma vez que os serviços de segurança que eram antes públicos e dever do Estado passaram a ser realizados pelo setor privado. Portanto, as empresas militares privadas de segurança funcionam como forças complementares aos Estados, impulsionando e fortalecendo a influência de uma nação sobre um território sem consequências políticas diretas. Seguindo essa premissa, Christopher Kinsey (2006) em sua obra *“Corporate Soldiers and International Security The rise of private military companies”* argumenta que as EMSPs foram soluções para regiões onde existia hesitação de autoridades políticas em enviar soldados para conflitos que não os interessava. Em consonância com as ideias de Avant, Kinsey afirma que as empresas militares de segurança privada não substituíram de forma integral a atuação das Forças Armadas, mas sim funcionam como força complementar e exercem funções não essenciais que não incluem combate real, mas que são fundamentais para o sucesso das ações militares de combate.

Por possuir funcionários com conhecimentos militares prévios e custos menores que as Forças Armadas, as EMSPs se tornam ainda mais atrativas para os Estados. No caso do Iraque, as EMSPs contratadas pelo governo dos Estados Unidos serviram como forças contribuintes a força imperial americana. Ou seja, as EMSPs complementaram e fortaleceram a presença dos EUA no Iraque, atendendo aos interesses de seu cliente e impondo através da força uma forma de pensar e agir que atendesse aos interesses norte-americanos.

Tendo em vista o “vácuo” jurídico em que as empresas militares privadas de segurança atuam, seus impactos nos direitos humanos e direito internacional, seu poder de influência nos conflitos em que atuam e sobretudo a crescente expansão das EMSPs em contexto pós Guerra Fria e pós 11 de setembro, este artigo possui o objetivo de analisar o mercado das EMSPs e seus impactos nos direitos humanos e direito internacional, enfatizando a atuação das EMSPs no Iraque como fator chave para a expansão da indústria militar privada. Com isso, será definido nesse artigo quais as principais empresas que atuaram no Iraque e quais os principais serviços prestados por elas.

Para elaborar este artigo será utilizado fontes bibliográficas, fontes documentais, livros e artigos acadêmicos. Este artigo será dividido em três sessões: primeiramente, será abordado um contexto histórico do uso de empresas militares de segurança no período pós-Guerra Fria; em segundo lugar o mercado das EMSPs, contendo suas características, regulamentação (vácuo jurídico e violação dos direitos humanos) e composição de seus funcionários; por fim em terceiro lugar, a atuação das EMSPs no Iraque em contexto de “Guerra ao Terror”, abordando as principais empresas que atuaram no Iraque e seus principais serviços, enfatizando o caso iraquiano como chave para a expansão das EMSPs no mundo.

## **2 USO DE EMPRESAS MILITARES DE SEGURANÇA PRIVADA NO PERÍODO PÓS GUERRA- FRIA**

Desde o período pós Guerra Fria, as empresas militares vêm atuando de forma crescente no mundo. A partir de uma perspectiva histórica Singer (2002) argumenta que todas as principais operações militares dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, como no Golfo Pérsico, na Somália, no Haiti, no Zaire, na Bósnia ou no Kosovo, possuía apoio de forças privadas. No entanto, o uso de forças privadas pelo Estado, não é uma prática recente no cenário internacional. Os serviços militares já ocorrem antes do século XX, com a atuação de mercenários, piratas e corsários na Europa Ocidental (SINGER, 2002).

Entretanto, com a expansão e consolidação do princípio de soberania no século XX, normas contra exércitos privados surgiram. Com isso, os principais atores do comércio militar privado tornaram-se ex-soldados freelancers – conhecidos atualmente como mercenários – motivados pelo ganho lucrativo (SINGER, 2002). Os mercenários, diferentemente das empresas militares privadas, são ilegais perante o direito internacional, organizavam-se individualmente, trabalhavam apenas para um cliente, focavam suas operações em combate e forneciam apenas um serviço: armas de aluguel. Na ótica de Singer, as empresas militares privadas representam a evolução dos atores privados na guerra. As empresas militares de segurança privada possuem uma estrutura corporativa organizada hierarquicamente, são legítimas perante o direito internacional, competem abertamente no mercado internacional, fornecem uma série de serviços e podem possuir diversos clientes simultaneamente (SINGER, 2002).

Kinsey (2006), observa que ao longo dos anos 1990, as EMSPs se distanciaram do termo mercenários, se estabelecendo como empresas comerciais que visam lucro financeiro sem envolvimento direto com governos. O crescimento do setor privado, desregulamentação do mercado e o *downsizing* militar, foram fatores que possibilitaram a ascensão das EMSPs no sistema internacional (KINSEY, 2006). Singer e Oliveira apontam um conjunto de fatores que criaram um novo espaço e demanda para a ascensão da indústria das EMSPs: 1) vácuo no mercado de segurança com o fim da polarização entre Estados Unidos e União Soviética em contexto pós Guerra Fria; 2) consolidação da onda neoliberal nos anos 1990; 3) declínio global dos exércitos nacionais, proporcionando um cenário de super militarização, na qual existia um número grande de pessoas com habilidades militares pós-guerra Fria que estavam à procura de empregos; 4) retirada gradual das grandes potências de diversas regiões em

desenvolvimento e 5) mercado de armas disponível, na qual atores não estatais tinham acesso ao poder militar, havendo assim atores emergentes com potencial de transformar a sociedade, como os senhores da guerra locais, redes terroristas, criminosos internacionais e carteis de drogas. Nesse sentido, havia um sentimento de insegurança internacional, produzindo maior demanda pelo mercado militar privado.

Atrelado a isso, havia um declínio na capacidade dos Estados em responder ameaças atuais e com isso, muitos Estados colapsaram, surgindo assim áreas com maior instabilidade na qual seus militares e policiais possuíam pouco poder para exercer autoridade, abrindo espaço para as empresas militares privadas de segurança (SINGER, 2002) Na década de 1990, as EMSPs estavam trabalhando para clientes importantes, como governos e corporações multinacionais, oferecendo serviços de segurança, como treinamento militar e fornecimento de equipamento militar. Segundo Deborah Avant (2005) em sua obra *“The Market for Force: The consequences of Privatizing Security”*, cada operação de paz multilateral realizada pela Organização das Nações Unidas desde 1990, possuía a presença de EMSPs. No mais, Anupam Siddhartha e Bharat Joshi (2009) em *“Blackwater: The Private Military And Security Company”* defendem que a anarquia da globalização originou um novo sistema de segurança em um novo mundo globalizado com empresas militares e de segurança privadas que vendem serviços militares e de segurança em âmbito doméstico e internacional.

Além disso, Priscila Borba da Costa (2012) em seu artigo *“A Guerra ao Terror e a privatização da força: uma primeira análise do uso de companhias militares privadas nas intervenções estadunidenses no pós-onze de setembro”* argumenta que embora o fim da Guerra Fria tenha acabado com a ameaça de uma guerra mundial nuclear entre as superpotências da época, conflitos étnicos e políticos em países do Leste Europeu se potencializaram, proporcionando o crescimento e fortalecimento de grupos organizados no Oriente Médio contra o Ocidente, em vista das práticas imperialistas de opressão e uso de recursos da região para interesse econômicos. Por conta disso, atentados terroristas planejados por grupos radicais se intensificaram e por conseguinte, novas intervenções militares sob a justificativa em prol da *“segurança global”* e dos *“direitos humanos”* foram realizados (COSTA, 2012).

Diante desse cenário, um novo tipo de conflito se formou *“as guerras de baixa intensidade”* - caracterizada pelo aspecto transacional, âmbito difuso entre o interno e o externo, descentralização do uso da força, uso extensivo de tecnologias e possuir uma duração mais longa do que as guerras tradicionais (KALDOR, 2012) -, criando uma demanda

para o setor militar de segurança privada, tendo em vista que os exércitos nacionais se mostraram pouco eficazes nesse novo tipo de conflito (ENCONTRO NACIONAL ABRI, 2011). Nesse contexto, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA foi um ponto de inflexão para o aumento expressivo do uso de EMPS em questão de combate ao terrorismo tanto no Iraque e no Afeganistão, proporcionando maiores oportunidades para a indústria militar de segurança privada. De acordo com Nasser e Paoliello (2015), após os ataques as torres gêmeas em 2001, houve um aumento de contratação de empresas militares privada pelos Estados Unidos e suas agências de inteligência para práticas contraterroristas e combate a insurgentes, principalmente no Iraque e Afeganistão. No Iraque, as empresas militares privadas de segurança possuíam papel fundamental na reconstrução do país no período pós invasão, atuando como suporte as forças americanas na luta contra o terror. Os Estados Unidos investiram cerca de US\$ 85 bilhões em contratos privados para o período 2003-2007 (NASSER e PAOLIELLO, 2015 apud TONKIN, 2011).

Seguindo essa lógica, as intervenções americanas no Afeganistão e no Iraque foram caracterizadas por uma grande demanda por serviços fornecidos pelas empresas militares de segurança privada, compostas por ex-militares e soldados com habilidades específicas para manejo de armas e equipamentos de alta tecnologia em regiões em conflitos (COSTA, 2012). Essas empresas atuavam em diversas esferas: treinamento militar e policial, comando e controle, logística e transporte, planejamento de operações, inteligência, guarda-costas, operação de equipamentos sofisticados, proteção de funcionários de empresas transacionais, prevenção de crime, espionagem, ações contra insurgência, antiterrorismo, proteção de edifícios, regiões petrolíferas e bases militares, telecomunicações, refeições, lavanderia e serviços administrativos (AVANT, 2005; COSTA, 2012; NASSER e PAOLIELLO, 2015; AMARAL, 2017 e TERLIKOWSKI, 2008).

Deborah Avant (2005) em seu artigo “*Private security companies*” afirma que a ascensão da indústria militar privada representa a quebra do monopólio da força pelo Estado, uma vez que empresas militares privadas de segurança passam a atuar no ramo da segurança, estando cada vez mais presentes em conflitos internacionais. O caso do Iraque é um exemplo disso, de modo que com a invasão norte-americana em 2003, o exército iraquiano foi derrotado e com isso, um “exército” de forças de segurança privada foi contratado pelos EUA para treinar a força policial e exército iraquiano, proteger instalações governamentais, campos de petróleo, pessoas, autoridades e diplomatas estrangeiros que trabalhavam no país (AVANT, 2005). Sob o programa *Worldwide Personal Protective Services*– voltado para a

proteção de americanos que trabalham fora dos Estados Unidos – o Departamento de Estado dos EUA também contratava as EMSPs para proteção de diplomatas, políticos, autoridades e representantes norte-americanos que trabalhavam no Iraque ou que estavam apenas de passagem, por meio de serviços de guarda-costas armados, veículos blindados e armados para transporte de pessoas e helicópteros para patrulhar áreas protegidas (TERLIKOWSKI, 2008). As principais empresas que realizaram esse trabalho no Iraque eram a *Blackwater Worldwide*, *DynCorp International LLC* e *Triple Canopy*.

Dessa forma, fica claro que os Estados Unidos tiveram papel fundamental no processo de ascensão das EMSPs, visto que foi um dos principais contratantes do mercado militar privado de segurança, incentivando e proporcionando oportunidades de mercado para as EMSPs. Paralelo a isso, Costa (2012) afirma que o projeto neoliberal de terceirização e privatização dos conflitos bélicos foi potencializado com a chegada de George W. Bush do Partido Republicano nos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2001. O governo de Bush era composto por conservadores de direita, relacionados a grandes empresas da indústria bélica. Esse processo foi intensificado após o atentado de 11 de setembro de 2001, motivado pela “Guerra ao Terror”.

Aliás, os EUA também proporcionaram uma virada na indústria militar de segurança privada, de modo que até o início da Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos serviços privados de segurança estavam voltados para apoio logístico e compra de armas. Entretanto, durante a Guerra Fria e pós 11 de setembro, os EUA passaram a contratar empresas privadas de segurança para missões de treinamento militar, multiplicando suas forças imperiais (AVANT, 2005). Logo, a virada da indústria militar de segurança privada pós-Guerra Fria foi essencial para o crescimento do uso de EMSPs nas guerras contemporâneas, visto que as EMSPs passaram ser ferramentas alternativas e baratas para organizações e corporações internacionais que atuam em zonas de conflitos, Estados “falidos” sem uma estrutura de segurança forte e Estados que necessitam de tropas de reforço em guerras ou na luta contra o terrorismo. Para além disso, as EMSPs passaram a atuar como forças multiplicadoras do Estado contratante sem implicações políticas diretas, como ocorreu no caso dos Estados Unidos no Iraque.

Ademais, outro fator que promoveu a ascensão e fortalecimento da indústria militar privada foi o seu mercado transnacional e fluído, de modo que atuam em um âmbito difuso, transnacional, amplo e camuflado, garantindo falta de responsabilização e penalização de seus funcionários em casos de condutas violentas que desrespeitem os direitos humanos e

direito internacional. Somado a isso, o aspecto fluído em que as EMSPs atuam permite que realizem o seu trabalho em um curto período, favorecendo para a mudança de localidade a fim de evitar penalizações jurídicas. Por fim, o custo-benefício da indústria militares de segurança privada é fator fundamental para a expansão das EMSPs nas guerras atuais, uma vez que oferecem serviços variados e especializados com um preço inferior comparado as Forças Armadas. Atualmente as empresas privadas de segurança estão presentes em diversos cenários: assistência humanitária, guerras, conflitos étnicos e combate ao terrorismo, assim como atuam tanto em Estados ricos quanto nos chamados “Estados falidos” (OLIVEIRA, 2010).

### 3 A INDÚSTRIA MILITAR DE SEGURANÇA PRIVADA

A indústria das empresas militares de segurança privada é caracterizada pelo seu aspecto transnacional e fluído, proporcionado maior atratividade para os seus clientes, sejam eles Estados, indivíduos, empresas privadas ou organizações internacionais. Deborah Avant (2005) em seu livro “*The Market for Force: The consequences of Privatizing Security*” argumenta que as empresas privadas de segurança atuam de forma transnacional, ou seja, possuem funcionários de variadas nacionalidades, escritórios em diversos países e podem ser compradas por outras empresas no âmbito internacional. Por exemplo, a empresa DLS inicialmente era uma empresa britânica, porém foi comprada por um conjunto de capital aberto chamado *Armor Holdings* em 1997 e se tornou *ArmorGroup*. Grande parte de seus funcionários trabalhavam para os Serviços Aéreos Especiais Britânicos (SAS), mas a empresa também possui militares americanos aposentados (AVANT, 2005).

Outrossim, o aspecto fluído das EMSPs está centrado no fato de que possuem uma estrutura fluida, na qual podem dissolver-se rapidamente e se recriarem de forma rápida. Ou seja, possuem diversas subsidiárias e escritórios espalhados pelo mundo, na qual se necessário podem se mudar para outra região para evitar limitações legais ou até mesmo responsabilização jurídica (AVANT, 2005). Além disso, podem trocar de nome de forma instantânea para desvincular a empresa de situações indesejadas - por exemplo a empresa *Blackwater* ficou reconhecida mundialmente pelo incidente na praça Nisour em 2007 e em 2009 após o governo do Iraque retirar sua licença para operar em território iraquiano modificou seu nome para *Xe Services* (VEJA ABRIL, 2011). Em dezembro de 2010 foi comprada pelo grupo *USTC Holdings*, passando a ser chamada de *Academi*.

Ademais, as empresas privadas de segurança prestam serviços para diversos contratantes de forma simultânea, como governos, companhias transnacionais, embaixadas e organizações interacionais em zona de conflito: Organizações das Nações Unidas (ONU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e Organizações Não Governamentais (ONGs), como a CARE, CARITAS e *World Vision* (OLIVEIRA, 2010). Oliveira (2010) também ressalta que as empresas privadas de segurança são contratadas por regimes ditatoriais, grupos rebeldes, carteis de droga e grupos terroristas. Avant (2005) categorizou os tipos de serviços prestados pelas EMSPs em três grandes categorias: apoio operacional, consultoria e treinamento militar e apoio logístico.

Nasser e Paoliello (2015) observam que para além das empresas que fornecem serviços letais, existem também as empresas “consultoras” e de “apoio” que frequentemente prestam serviços de tipo não letal, como vigilância, treinamento e monitoramento em esferas públicas e privadas.

As EPMS também prestam serviços internos, semelhantes aos serviços realizados pela polícia, como segurança local, policiamento civil internacional, treinamento policial, inteligência e prevenção do crime. Os programas de treinamento oferecidos pelas EMSPs são variados, realizando a organização da estrutura da força e treinamento de oficiais em cenário de conflitos, simulações e treinamento da paz (AVANT, 2005). David Simons (2004) em seu artigo “*Occupation for Hire: Private Military Companies and their Role in Iraq*” afirma que as empresas militares privadas são uma ferramenta para as forças-armadas dos Estados que podem estar sobrecarregadas. Normalmente as EMSPs realizam trabalhos tradicionais das forças armadas, desde a reconstrução de países como ocorreu no Iraque até treinamento de policiais e exércitos estrangeiros.

As EMSPs também estão atreladas a terceirização dos serviços de inteligência, por exemplo a empresa *L-3 Communication* e suas subsidiárias atuavam tanto no ramo da tradução quanto na fabricação de drones para as Forças Armadas norte-americanas em contexto da guerra no Iraque (NASSER; PAOLIELLO, 2015). Assim como, as subsidiárias da L-3 forneciam serviços variados relacionados aos drones, como manutenção, equipamento, operação (pilotagem) e sistematização e análise de informações. Outrossim, a empresa *MacB*, subsidiária da empresa *Lockheed Martin* prestava no Iraque serviços de análises de documentos apreendidos e suporte em operações de contraterrorismo e contrainsurgência (NASSER; PAOLIELLO, 2015 apud PINCUS, 2007). A *GSI*, também subsidiária da *L-3 Communications*, operou no Iraque, instalando grampos telefônicos, monitorando e-mails e estabelecendo agentes infiltrados para recolhimento de informações (NASSER e PAOLIELLO, 2015 apud MAZZETTI, 2011).

Ademais, as empresas militares privadas de segurança privada se autorregulam e competem no mercado internacional a partir de boas práticas, relevância do Estado contratante e respeito aos direitos humanos e direito internacional. Apesar disso, muitas empresas militares de segurança privada estão envolvidas em situações de violação dos direitos humanos e do direito internacional. No entanto, acabam não sendo responsabilizadas e nem penalizadas, uma vez que possuem imunidade e “vácuo jurídico” que dificultam sua visibilização, responsabilização e penalização. No mais, os funcionários das EMSPs atuam

sem uniformes e fora da lei militar, podendo lutar como combatentes ou não combatentes. Embora a lei da guerra reconheça o direito dos não-combatentes de estarem no campo de batalha e receber o status de prisioneiro de guerra, não é algo assegurado, além de que geralmente não estão submetidos a justiça militar (AVANT, 2005). Assim, as vezes as forças privadas estão submetidas a leis do território em que atuam, outras vezes as do seu país de origem, e na maioria das vezes as suas responsabilidades legais são imprecisas (AVANT, 2005).

Somado a isso, a falta de normas internacionais para limitar as práticas das empresas militares privadas e punições para crimes como homicídio, abuso sexual, lesão corporal, tortura e dentre outras práticas de violência ilegais perante o direito internacional favorece para a não responsabilização e penalização das violações de direitos humanos cometidos por funcionários privados, como ocorreu na prisão Abu Ghraib no Iraque (COSTA, 2012). Outro exemplo, foi o acontecimento no dia 16 de setembro de 2007, conhecido como “Domingo Sangrento de Bagdá”, na qual 17 civis iraquianos foram mortos e 27 ficaram feridos quando seguranças privados da empresa militar de segurança privada norte-americana *Blackwater* atiraram contra civis em um cruzamento movimentado do bairro Al Mansour, em Bagdá (OLIVEIRA, 2010).

Erik Prince, fundador da *Blackwater* afirmou na época que sua ação, em relação a prática de algum crime por parte de seus funcionários, estava limitada a demissão e retirada do país e não responsabilização penal (COSTA, 2012 apud SCAHILL, 2008). O juiz federal norte-americano Ricardo Urbina em 2009, rejeitou e arquivou o processo contra os funcionários da *Blackwater* sob o argumento de que os direitos constitucionais dos acusados tinham sido violados, visto que estavam sob um acordo de imunidade com o Departamento do Estado dos EUA (OLIVEIRA, p.72, 2010).

É fundamental enfatizar que a falta de transparência dos contratos privados proporciona a não responsabilização de violações contra os direitos humanos. Como colocado por Cristiano Mendes (2010) em seu artigo “Soberania e utilização de empresas militares privadas: o caso do Iraque”, existe uma grande falta de transparência sobre os números empresariais, principalmente acerca das atividades no Iraque, dificultando a monitoração das condutas de seus funcionários. Paralelo a isso, o artigo de pesquisa “*The Business of War – Growing risks from Private Military Companies*” publicado pelo Conselho da União Europeia (2023) ressalta que as EMSPs constantemente atuam em conflitos em países com sistema jurídico falho, vulnerável e sem instrumentos de monitoramento,

reduzindo as chances de serem punidas e responsabilizadas. Logo, em vista da sua fluidez e transnacionalidade, o monitoramento do comportamento individual dos funcionários de empresas privadas de segurança é difícil de ser realizado com precisão, visto que os contratados privados trabalham para empresas diversas simultaneamente e podem realizar trabalhos independentes.

Os funcionários que compõe as EMSPs, geralmente possuem conhecimentos militares ou de inteligência prévia, sendo ex-militares, antigos funcionários do governo ou de outras empresas militares de segurança privada. De acordo com o relatório “*Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues*” elaborado por Jennifer K. Elsea, Moshe Schwartz e Kennon H. Nakamura (2009), além dos funcionários das EMSPs possuírem experiências militares prévias, os donos dessas empresas também atuavam no ramo da segurança anteriormente, como no caso da empresa *Blackwater* que foi fundada pelo ex-Navy SEAL Erik Prince e era composta por ex-militares, funcionários de inteligência e ex-policiais e no Iraque. Assim como, dois fundadores e copresidentes da empresa *Triple Canopy* prestaram serviços de segurança para as Forças Especiais do Exército dos EUA e um para as Força Delta das Forças Especiais. Já a empresa *Aegis Defense Services Limited* foi fundada pelo britânico Tim Spice, tenente-coronel aposentado.

Por possuir funcionários com conhecimentos militares prévios e custos menores que as Forças Armadas, as EMSPs se tornam ainda mais atrativas para os Estados. Em vista disso, Marcin Terlikowski (2008) em sua obra “*Private Military Companies in the US Stabilization Operation in Iraq*” enfatiza que muitas empresas militares privadas de segurança eram contratadas pelo Departamento de Defesa dos EUA, governo ou pelo Exército justamente pelo fato de que forneciam serviços especializados, como no caso da empresa *L-3 Communication* que possuía cerca de 6.000 funcionários no Iraque e fornecia serviços de tradução e intérpretes para os militares, assim como os serviços de inteligência e treinamento. Ademais, funcionários de empresas militares privados também atuavam nas prisões no Iraque, por exemplo, intérpretes e tradutores das empresas Titan e CACI - contratadas pelo Exército dos EUA - participavam de interrogatórios em conjunto com soldados norte-americanos na prisão Abu Ghraib (TERLIKOWSKI, 2008).

Nasser e Paoliello (2015) argumentam que muitos funcionários privados que cometeram violações dos direitos humanos e foram afastados da empresa que trabalhavam, acabam se inserindo novamente no mercado privado das empresas militares, justamente por conta do “vácuo jurídico” que acaba protegendo a empresa e seus funcionários. Outro ponto

que favorece esse processo é movimento de “porta giratória” entre membros do governo, funcionários e proprietários de empresas de segurança privada que compõe as empresas militares privadas de segurança, na qual “[...] ex-funcionários do governo saem para empresas privadas e ex-funcionários das empresas entram no governo, mantendo grande proximidade entre os dois círculos” (NASSER; PAOELIELLO, 2015, p. 38). Dessa forma, os funcionários privados que cometeram violações dos direitos humanos e foram demitidos ou perderam seu contrato são contratados novamente, na maioria das vezes, como contratados terceirizados por outras empresas militares de segurança privada.

Apesar das Empresas Militares Privadas poderem atuar de forma legal perante o direito internacional, não são regulamentadas a nível global, uma vez que não existe uma norma ou tratado internacional com força obrigatória e alto grau de adesão que defina os limites das ações do setor militar privado, favorecendo para a sua não responsabilização e penalização em casos de violação dos direitos humanos e do direito internacional. Na esfera internacional, destacam-se duas tentativas de regulamentar as EMSPs: o Documento de Montreux e o Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada (ICoC).

No entanto, antes do estabelecimento do Documento de Montreux em 2008, não existia nenhuma norma internacional específica para ações de EMPs. Somente existiam Convenções internacionais destinadas para regulamentar as atividades mercenárias, como Protocolos Adicionais I e II de 1947, Artigo 47 da Convenção de Genebra de 1949 e a Convenção Internacional contra a Recrutamento, Utilização, Financiamento e Treinamento de Mercenários de 1989. No entanto, como colocado por Kinsey (2006), tais tentativas não foram suficientes para regulamentar ações mercenárias e não tão pouco para ações das EMSPs.

Logo, o Documento de Montreux foi o primeiro documento internacional que tentou regulamentar as atividades das empresas militares de segurança privada à luz do direito internacional e dos direitos humanos. O Documento de Montreux foi lançado em 2008 a partir de uma iniciativa do Governo da Suíça e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – em setembro de 2008 apenas 17 países aderiram ao documento: Afeganistão, Angola, Austrália, Áustria, Canadá, China, França, Alemanha, Iraque, Polónia, Serra Leoa, África do Sul, Suécia, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Ucrânia e Estados Unidos (THE MONTREUX DOCUMENT, 2008). De acordo com a definição do Comitê Internacional da Cruz Vermelha:

“The Montreux Document is an intergovernmental document intended to promote respect for international humanitarian law and human rights law whenever PMSCs are present in armed conflicts. It is not legally binding as such; rather, it contains a compilation of relevant international legal obligations and good practices” (THE MONTREUX DOCUMENT, p.31, 2008).

Andrei Viktorovich Manoilo e Alexander Yaroslavovich Zaytsev (2020) em sua obra “*International Legal Status of Private Military Companies*” afirmam que esse documento não possui força obrigatória, contendo somente recomendações para regular as atividades das EMSPs em áreas de conflito militar. Diante disso, não cria obrigações inéditas, somente reforças as questões jurídicas existentes (THE MONTREUX DOCUMENT, 2008).

O Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada foi lançado em 2010 pelo governo da Suíça em conjunto com o *Geneva Centre for Security Sector Governance* (DCAF), sendo uma iniciativa baseada no Documento de Montreux que visa regulamentar as ações das empresas militares privadas (KESS, 2011). As empresas militares de segurança privada que aceitarem fazer parte do Código, possuem suas atividades monitoradas a fim de assegurar que seus funcionários estejam atuando de acordo com os princípios estabelecidos pelo Código, respeitando o direito internacional e os direitos humanos (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2013). Assim como o Documento de Montreux, o ICoC não possui força vinculativa, estabelecendo somente recomendações de boas práticas para as EMSPs. Segundo o documento do ICoC:

“The International Code of Conduct for Private Security Service Providers’ Association (alternatively known as “the Association” or “ICoCA”) – the multi-stakeholder initiative, comprised of governments, industry and civil society organizations, established to promote, govern and oversee implementation of the International Code of Conduct for Private Security Service Providers and to promote the responsible provision of security services, support for the rule of law, and respect for human rights and international humanitarian law in accordance with the Code” (INTERNATIONAL CODE OF CONDUCT FOR PRIVATE SECURITY SERVICE PROVIDERS, p. 6, 2010).

Em suma, apesar da existência do Documento de Montreux e o Código Internacional de Conduta para Provedores de Serviços de Segurança Privada, a regulamentação das EMSPs ainda é falha, pois falta uma força vinculante de alta adesão que monitore e obrigue os Estados e as EMSPs seguirem normas de conduta que limitem as ações dos funcionários privados. Logo, em contexto de falta de normas internacionais com força vinculativas que regulamentem as ações das EMSPs, suas ações são restringidas apenas por um contrato que estabelece somente os objetivos definidos e não as formas de alcançá-los (MANOILLO; ZAYTSEV, 2020).

Kess (2011) afirma que os Estados são resistentes em estabelecer um comprometimento no que tange a regulamentação das atividades das EMSPs, pois se beneficiam da imprecisão do setor militar privado, além de que estão apenas vinculados por meio de um contrato, não tendo grande poder sobre as ações dos funcionários privados. Outro ponto que favorece para a não regulamentação efetiva do setor militar privado está baseado no lucro das EMSPs. Tendo em vista o lucro que as empresas militares privadas de segurança ganham com uma guerra, muitas dessas empresas acabam não se interessando pelo fim do conflito em que atuam, pelo contrário visam a manutenção do conflito e por conseguinte, maior ganho de lucro (MANOILLO; ZAYTSEY, 2020).

Martin Uadiale (2011) em *“Private Military Companies ‘The Market for Force’: Toward international regulatory and control frame work”* afirma que existem dois principais problemas que agravam a dificuldade de regulamentação das EMSPs: incentivo a comercialização e a globalização no setor militar privado e falta de interesse dos Estados no processo de regulamentação (UADIALE, 2011 apud LEANDER, 2004). Em vista disso, Aris Sarjito (2023) em seu artigo *“The Role of Private Military Companies in Defense Policy and Military Operations”* afirma que muitas empresas militares privadas dão prioridade ao lucro frente a práticas éticas, monitoramento e defesa dos direitos humanos (SARJITO, 2023 apud KURYLEV et al., 2017 e BRANCO, 2022). Relacionado a isso, muitos governos ignoram as ações das EMSPs por conta de interesses políticos ou econômicos, favorecendo sua impunidade (SRAJITO, 2023).

Nesse sentido, a regulamentação das EMSPs em nível internacional a partir de normas e tratados internacionais com força vinculativa é de extrema importância, visto que promove a responsabilização e penalização das ações das EMSPs que vão contra o direito internacional e direitos humanos, garantindo justiça para as vítimas e restringindo possíveis más condutas no futuro (SARJITO, 2023). Além disso, o respeito aos direitos humanos proporciona credibilidade e legitimidade na comunidade internacional, visto que representa preocupação com a proteção dos direitos humanos (SRAJITO, 2023 apud PATTISON, 2014).

Logo, os Estados se beneficiam da imprecisão que as EMSPs atuam em detrimento de seus interesses políticos e econômicos, garantindo maior atratividade para a indústria militar de segurança privada. Outro fator que garante maior atratividade para o uso de EMSPs é o seu custo-benefício, de modo que possuem funcionários ex-militares que oferecem um serviço mais especializado por um custo menor comparado aos exércitos nacionais. Mendes

(2010) argumenta que as empresas militares geralmente atuam em localidades específicas em operações de curta duração e não precisam arcar com custos de treinamento, salários fixos ou benefícios indiretos como plano de saúde, aposentadorias ou auxílio moradia, porém ainda assim, oferecem serviços de especialistas a preços inferiores em relação aos custos de um exército regular e somente recebem quando estão em ação (MENDES, p.32, 2010). Ainda de acordo com Avant (2005), as EMSPs podem oferecer salários de dois a quatro vezes maior que as forças armadas, por serviços de curtos períodos com funcionários com experiência militar ou de inteligência prévia. Por exemplo, muitas empresas que operaram no Iraque, como a *Blackwater* e *Triple Canopy*, possuíam funcionários com experiência em operações especiais.

Um fator essencial que possui influência direta no crescente uso da indústria militar de segurança privada se concentra no fato de que a atuação de empresas militares privadas de segurança não implica em questões políticas diretas para o Estado contratante, diferentemente das Forças Armadas de um país que simbolizam abertamente a posição de uma nação frente a um conflito, levando a implicações geopolíticas internacionalmente. Posto isso, o uso da indústria militar de segurança privada permitiu que os Estados Unidos entrassem em guerras sem emitir uma convocação obrigatória de suas tropas (PIMENTEL, 2013), podendo multiplicar suas forças nos conflitos sem que haja implicações políticas internas e geopolíticas em nível internacional, como ocorreu no Iraque.

Avant (2005) afirma que apesar das EMSPs fortalecerem e complementarem o controle dos Estados sobre a força, por outro lado a expansão da força privada faz com que outros atores não estatais possam ter controle sobre a violência, podendo por vezes influenciar na tomada de decisões sobre o uso da força. Atrelado a isso, com a privatização e terceirização dos serviços de inteligência, as EMSPs possuem maior poder de informação, visto que escolhem qual informação é relevante para passar para o seu contratante, seja o Estado ou as Forças Armadas (NASSER; PAOLIELLO, 2015).

De forma completar a discussão de Nasser e Paoliello, Anna Leander (2005) em seu artigo “*The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies*”, argumenta que os soldados privados que atuam como agentes de inteligência, acabam influenciando a definição da agenda de segurança, uma vez que possuem maior poder de informação, decidindo se algo é preocupante ou não para a segurança. Nesse sentido, as empresas militares de segurança privada modelam como a

informação é interpretada, levando os tomadores de decisão a aderirem uma compreensão que cumpra com os interesses das empresas.

Leander (2005) afirma que as EMSPs que atuam como lobistas também exercem influência na definição de interesse nacional no âmbito da segurança, pois de forma implícita estabelecem quais as ameaças e como reagir a elas. Paralelo a isso, as empresas militares privadas de segurança que atuam como consultoras moldam a compreensão de segurança, por meio do treinamento especializado de pessoas e oferecimento de cursos, por exemplo. Tais empresas também tentam convencer o comprador que certos equipamentos e serviços são essenciais e mais eficazes que outros produtos e serviços do mercado, concretizando a existência de uma ameaça (LEANDER, 2005). Por fim, a concentração do uso de EMSPs pelo setor privado leva ao enfraquecimento da cooperação internacional entre nações, visto que ao invés de negociar forças miliares com outros países, os Estados contratam as forças militares privadas (AVANT, 2005).

Atualmente, as forças privas de segurança possuem uma unidade corporativa e operam de forma aberta, publicando listas de vagas de emprego e artigos sobre os custos e benefícios do setor privado de segurança em seus sites (AVANT, 2005). Com isso, as empresas podem apagar informações que acham necessário para fugir da responsabilização e desvincular o nome da empresa a violações cometidas por seus funcionários. Ademais, as EMSPs atuam em um mercado global, na qual possuem um número diverso de contratantes e clientes ao mesmo tempo, atuando para além de suas fronteiras de origem. Em síntese, as empresas militares de segurança privada são um mecanismo alternativo, flexível e barato para Estados, corporações transnacionais e organizações internacionais que atuam em zonas de conflitos ou em zonas que possuem segurança vulnerável.

#### **4 ATUAÇÃO DE EMPRESAS MILITARES DE SEGURANÇA PRIVADA NO IRAQUE E SUA EXPANSÃO GLOBAL**

O contexto marcado pelo fim da Guerra Fria e o atentado às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001 foram fundamentais para o aumento da atuação de empresas militares de segurança privada em zonas de conflito e na “Guerra ao Terror”. No Iraque houve o uso extensivo do setor privado para a reconstrução do país em período pós-invasão americana. Nesse contexto, os Estados Unidos foi ator essencial no processo de ascensão do setor privado, visto que contratou um número expressivo de empresas militares de segurança privada para atuarem no Iraque e Afeganistão sob justificativa de combate ao terrorismo. Conforme o relatório “*Department of Defense Contractors in Afghanistan and Iraq: Background and Analysis*” de Moshe Schwartz (2010), os contratados privados representavam 54% da força de trabalho no Iraque e Afeganistão do Departamento de Defesa norte-americano (DOD). A partir do segundo trimestre de 2010, os funcionários privados representavam aproximadamente 50% da força de trabalho do DOD no Iraque (SCHWARTZ, p.7, 2010).

O custo voltado para a contratação do setor privado de segurança foi elevado no Iraque. Os Estados Unidos investiram cerca de US\$ 85 bilhões em contratos privados para atuar no Iraque no período 2003-2007, sendo que aproximadamente US\$ 76 bilhões eram destinados ao Departamento de Defesa, US\$ 5 bilhões para a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e US\$ 4 bilhões para o Departamento de Estado (NASSER; PAOLIELLO, 2015 apud TONKIN, 2011). Além do governo americano ter gastado milhões de dólares, o governo britânico revelou em 2006 que gastou mais de 100 milhões de libras em EMSPs no Iraque desde a invasão em 2003 (ISENBERG, 2006).

De acordo com Oliveira, no Iraque havia “[...] mais agentes privados do que soldados americanos” (OLIVEIRA, 2010, p.70). Ian Traynor em sua obra “*The privatisation of war*” publicado no jornal *The Guardian* em 2003 revela que uma investigação do jornal demonstrou que no Iraque as forças privadas eram o segundo maior colaborador das forças da coalizão depois do Pentágono. Ainda de acordo com a investigação, havia 10.000 contratados privados em território iraquiano, passando o contingente britânico, que possuía cerca de 9.900 soldados. A proporção de funcionários privados contratados no Iraque na linha de tiro era 10 vezes maior do que durante a primeira guerra do Golfo (TRAYNOR, 2003).

No mais, o relatório “*Department of Defense Contractors in Afghanistan and Iraq: Background and Analysis*” de Moshe Schwartz e Joyprada Swain (2011), revela que o Departamento de Defesa norte-americano utilizava a mão de obra militar privada em grande quantidade no Iraque, pois era mais econômico – os contratados poderiam ser dispensados quando o serviço acabava – e a contratação ocorria de forma mais rápida, assim em situações críticas, os contratados privados eram alocados mais rapidamente. Além de que, os funcionários privados fornecem conhecimentos especializados em áreas escassas do DOD, como a linguística. Logo, no combate ao terrorismo e contrainsurgentes, a indústria militar privada se tornou fundamental para uma resposta rápida e alternativa para o DOD.

O *Memorandum* de Autoridade Provisória da Coalizão Número 17, compilado por Stefan Talmon em sua obra “*The Occupation of Iraq: Volume II – The Official Documents of The Coalition Provisional Authority and the Iraqi Governing Council*” de 2004, define as EMSPs como:

“[...] a private business, properly registered with the Ministry of Interior (MOI) and Ministry of Trade (MOT) that seeks to gain commercial benefits and financial profit by providing security services to individuals, businesses and organizations, governmental or otherwise” (TALMON, 2013, p.742, doc.142).

Não obstante, o *Memorandum 17* prevê orientação para as EMSPs que pretendiam atuar no Iraque, fornecendo regras vinculativas para o uso da força que deveriam ser cumpridas por todas as EMSPs e seus funcionários. De acordo com o *Memorandum 17*, as EMSPs deveriam seguir as ordens e memorandos da CPA, enquanto a lei iraquiana somente fornecia orientações. As EMSPs também precisavam ser registradas no Ministério do Comércio e regulamentadas pelo Ministério do Interior para atuarem no Iraque. Para isso, havia uma Licença Comercial, Licença de Funcionamento Temporária e Licença de Operação emitido pelo Ministério do Comércio e Ministério do Interior, indicando que as EMSPs estavam aptas para operar no Iraque (TALMON, 2013, doc.142). Além disso, o Ministério do Interior emitia Cartões de Armas para os funcionários privados que portariam armas em seu trabalho, representando uma licença para possuir e utilizar armas de fogo permitidas pela CPA. Inclusive na época que esse documento foi lançado, muitas empresas militares de segurança privada atuavam em solo iraquiano sem estarem registradas e com isso, o *Memorandum 17* almejava incentivar os registros das EMSPs.

Ademais, o *Memorandum 17* também especifica quando os funcionários privados devem utilizar o uso da força letal, força moderada e quando disparar a arma de fogo. Paralelo a isso, o anexo B do *Memorandum 17*, prevê o Código de Conduta das EMSPs para

Operações no Iraque, na qual em tese todas as empresas militares de segurança privada devem agir dentro da legalidade, moralidade e ética profissional (TALMON, 2013, doc. 142). No entanto, isso não ocorreu de forma efetiva na prática, uma vez que muitos funcionários privados foram acusados de ações violentas que violaram os direitos humanos e direito internacional. A empresa militar de segurança privada, *Blackwater* ficou conhecida mundialmente pelo incidente na praça Nisour em 2007 que deixou 17 iraquianos mortos após serem alvejados pelos funcionários privados da *Blackwater*. A empresa não foi penalizada na época, pois possuía imunidade jurídica.

Assim como, contratados privados das empresas Titan e CACI foram apontados como autores de assassinatos e tortura contra iraquianos insurgentes na prisão de Abu Ghrabi. Segundo Insenberg (2006), em 2005 funcionários privados estiveram envolvidos em dezenas de tiroteios no Iraque, porém nenhum foi processado e pelo contrário, foram mandados para casa, com o conhecimento das autoridades dos EUA em algumas situações. Ademais, em março de 2006, um professor australiano da Universidade de Bagdá foi morto a tiros em Bagdá quando contratados privados atiraram por engano em seu carro (ISENBERG, 2006). Logo, muitas empresas militares privadas, possuíam alegações de violação dos direitos humanos, no entanto sob justificativa da “Guerra ao Terror”, alguns governos omitiram tortura e outras práticas violentas que eram proibidas perante o direito internacional (OLIVEIRA, 2010).

Rodrigo Augusto Duarte Amaral (2017) em “Privatização da segurança; ganhos econômicos da atuação das Empresas Militares e de Segurança Privada (EMSP) no Iraque ocupado” estabeleceu que no Iraque, as EMSPs atuavam na região da *Green Zone*, protegendo a CPA, funcionários e membros das instituições contratadas para a reconstrução do país. O “*Discussion Paper: Private Security Companies Operating in Iraq*” de abril de 2004 revela que as EMSPs no Iraque se dividiram em duas categorias: contratação direta pela Autoridade Provisória da Coligação e EMSPs que trabalham para a CPA por meio de subcontratos. Esse documento prevê que no Iraque em 2004 havia cerca de 60 EMSPs registradas e aproximadamente 20.000 funcionários privados. Das 60 empresas que atuavam no Iraque, a CPA contratou de forma direta, somente oito para os serviços de segurança no país por meio de um contrato de US\$ 147 milhões (AMARAL, 2017 apud TALMON, 2013).

O *Discussion Paper* ainda prevê que a responsabilidade de disciplinar o funcionário privado é dever do contratado e não da CPA, de modo que caso haja alegações de violação criminal contra um contratado privado, a polícia iraquiana local era responsável para lidar

esse tipo de situação. Por outro lado, se o contratado privado estivesse atuando sob contrato com as Forças da Coalizão ou CPA e se o funcionário não fosse iraquiano, estava imune as leis iraquianas, como previsto na Ordem nº 17 da CPA (TALMON,2013, doc.252). Dessa forma, a imunidade jurídica da *Blackwater* e de outras empresas que atuavam no Iraque era advinda da Ordem 17, expedida em 2004 por Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória da Coalizão. Após negociações em 2009 entre Estados Unidos e Iraque “[...] é que foi derrubada a imunidade judicial aos funcionários terceirizados” (OLIVEIRA, 2010, p.72). Portanto, durante todo o período de transição, os contratados privados estavam isentos da lei iraquiana e seguiam as leis, regulamentações, memorandos e ordens da CPA e dos Estados Unidos (SIDDHARTHA e JOSHI, 2009).

Em solo iraquiano as EMSPs prestavam serviços militares e não militares. No âmbito militar, os funcionários privados atuavam na proteção de locais fixos, como habitações aéreas, locais de obras de reconstrução ou edifícios governamentais; segurança de comboios, segurança de escoltas: proteção de indivíduos que viajam em locais inseguros no Iraque; e segurança pessoal para indivíduos de alto escalão (ELSEA; SCHWARTZ; NAKAMURA, 2009). Já os serviços não militares incluíam coordenação operacional: estabelecimento e gerenciamento do comando, centros de controle e operações de comunicações; análise de inteligência: coleta de informações e análise de desenvolvimento de ameaças; e formação em segurança: treinamento e promoção de cursos voltados para as forças de segurança iraquianas. David Insenberg (2006) em sua obra “*A government in Search of cover: PMCs in Iraq*”, também estabelece que ao longo do tempo as EMSPs forneceram três tipos de serviços no Iraque: segurança pessoal de autoridades políticas, segurança e instalação não militares como edifícios e infraestruturas, e segurança de comboios não militares.

Dessa forma, a empresa *Kellogg Brown & Root Corporation* (KBR, subsidiária da *Holding Halliburton*) foi contratada pelo exército americano antes até o início da guerra em maio de 2003, prestando uma série de serviços logísticos de apoio: transporte, suprimentos, manutenção de bases militares e suas instalações sanitárias, suprimentos de alimentos e instalações de espaços de entretenimento (TERLIKOWSKI, 2008). Segundo Terlikowski (2008), a empresa possuía instalações no Kuwait, especificamente na base militar de *Camp Doha*, localização de extrema importância para o sucesso da invasão do Iraque em 2003. Além disso, a KBR também realizava a manutenção de uma série de bases, como *Camp Victory* em Bagdá e *Camp Anaconda* – maior base americana no Iraque – localizada próximo ao aeroporto de Balad (TERLIKOWSKI, 2008).

De acordo com o relatório “*Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues*” elaborado por Jennifer K. Elsea, Moshe Schwartz e Kennon H. Nakamura (2009), sob contrato com o DOD, a empresa *EOD Technologies Inc* fornecia segurança interna e perímetro estático na base *Victory* em Bagdá e a empresa britânica *Aegis Deefense Serveices Limited* coletava e interpretava informações sobre a situação da segurança em todo o Iraque, além de fornecer segurança para comboios ou funcionários que viajavam pelo país.

No mais, algumas empresas militares privadas de segurança prestavam aconselhamento e treinamento a polícia local, por exemplo a *DynCorp* possui um contrato com o governo dos Estados Unidos para serviços de treinamento inicial para as polícias iraquianas e construção de prisões e sistema de justiça no período de reconstrução do país (AVANT, 2005). Terlikowski (2008) ainda revela que a *DynCorp International LLC* possuía um contrato diferenciado de cerca de US\$ 1,3 bilhões de dólares com o programa *Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs* que operava dentro do Departamento de Estado dos EUA no Iraque para treinamento da polícia iraquiana, bem como disponibilização de cursos educacionais e fornecimento de recursos necessários para a polícia iraquiana.

A empresa britânica, *Aegis Defense Services Limited* possuía contrato com o Departamento americano desde 2004 e prestava serviços diversos, como proteção de pessoas que trabalhavam na reconstrução do Iraque, realização de cursos de formação e elaboração de análises sobre a segurança no Iraque para a instituição americana que administravam a operação de reconstrução do Iraque, *Iraq Project and Contracting Office* (PCO) e para *US Army Corps of Engineers* – responsável pelas contratações no que tange reparos ao setor petrolífero (U.S. DEPARTEMENT OF STATE, 2009 e TERLIKOWSKI, 2008). Empresas militares privadas, como a *Halliburton*, complementavam os serviços de logística militar, sustentando a força americana.

Outrossim, no Iraque havia muitas empresas que eram subcontratadas para fornecer proteção para funcionários de outras empresas iraquianas ou estrangeiras que atuavam na reconstrução do país ou na busca de negócios (INSENBURG, 2006). Nesse sentido, muitas empresas que atuavam na reconstrução do Iraque contratavam as EMSPs para proteção física de seus funcionários, como no caso da empresa militar privada de segurança *Olive Group*, contratada para proteger os funcionários da empresa *Bechtel Corporation* que atuava no Iraque entre 2003 e 2006 sob comando do governo dos EUA no programa de reconstrução

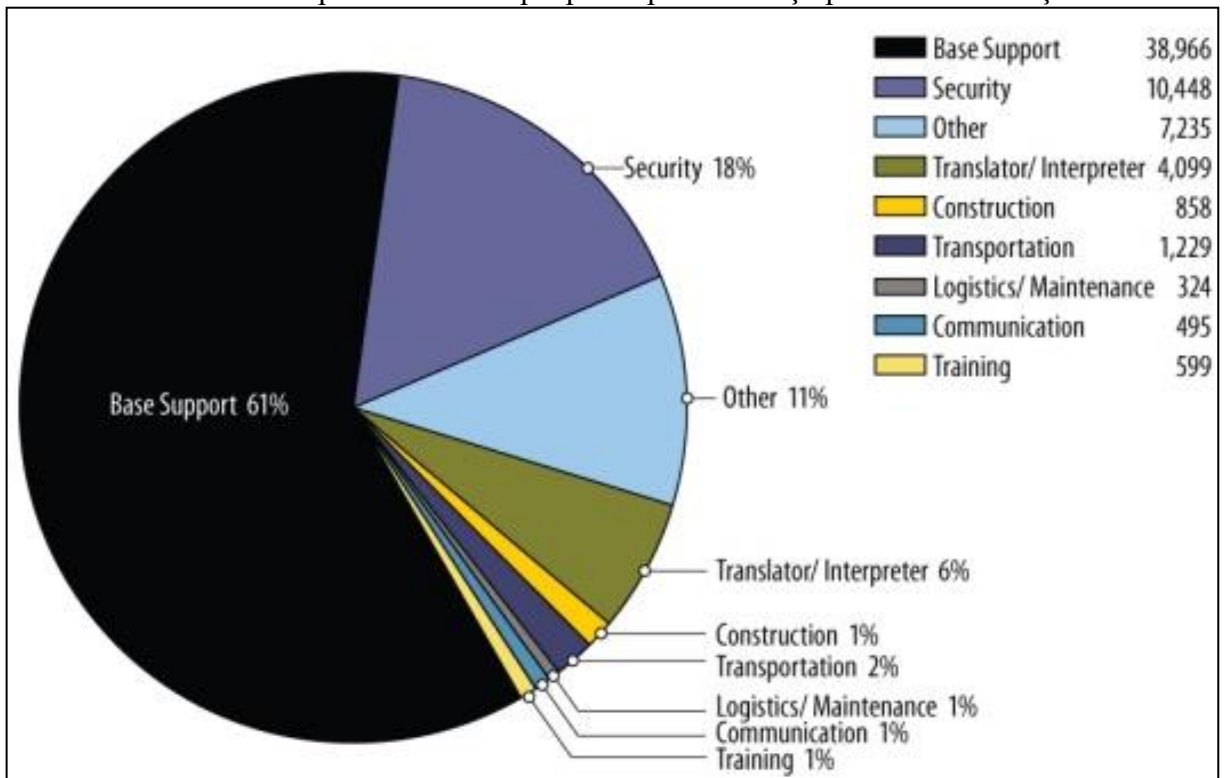
de infraestruturas de energia, indústria, aeroportos e sistemas de abastecimento de água (TERLIKOWSKI, 2008).

Segundo Elsa, Schwartz e Nakamura (2009), cerca de 20 ESMPs diferentes possuíam aproximadamente 10.000 funcionários trabalhando diretamente para o governo dos EUA ou para o Departamento de Estado e de Defesa norte-americano no Iraque, sendo que funcionários privados eram também subcontratados pela *United States Agency for International Development (USAID)*. A empresa *Aegis Defense Services Limited* realizava apoio em comboios, monitoramento da situação da segurança em algumas regiões do país, elaborando operações de inteligência e relatórios especiais sobre ataques recentes ou proteção estratégica contra grupos paramilitares iraquianos, na qual eram também disponibilizados a outras empresas militares de segurança privada (TERLOKOWSKI, 2008).

O Departamento de Estado norte-americano renovou seu contrato com a empresa *Aegis Defense Services Limited* em 2007, por meio de um contrato de cerca de US\$ 475 milhões de dólares. A EMSP *ArmorGroup* foi contratada por diversas empresas privadas para o serviço de proteção de seus funcionários, por exemplo, as empresas *CAPE Corporation* que prestava serviços de reconstrução da infraestrutura do Iraque, *TetraTech* e o Grupo *ECC*, responsáveis pelo descarte de armas iraquianas em depósitos e remoção de antigos campos minados contrataram a *ArmorGroup* para serviços de proteção (TERLOKOWSKI, 2008).

Como observado por Schwartz e Swain (2011), em março de 2011 havia mais de 64.000 contratados privados no Iraque, em comparação com 46.000 soldados uniformizados no país, o que significa que 58% do Departamento de Defesa norte-americano estava voltado para a força militar privada. Em março de 2011, os funcionários privados prestavam uma série de serviços, como demonstrado no gráfico 1 abaixo. A maior parte do percentual atuava na área de suporte básico, como manutenção de terrenos, administração de refeitórios e prestação de serviços de lavanderia (SCHWARTZ; SWAIN, 2011). A segurança era o segundo serviço com maior percentual, com cerca de 10.500 funcionários. De acordo com os autores, esses dois tipos de serviços representavam aproximadamente 80% dos contratados privados do DOD no Iraque.

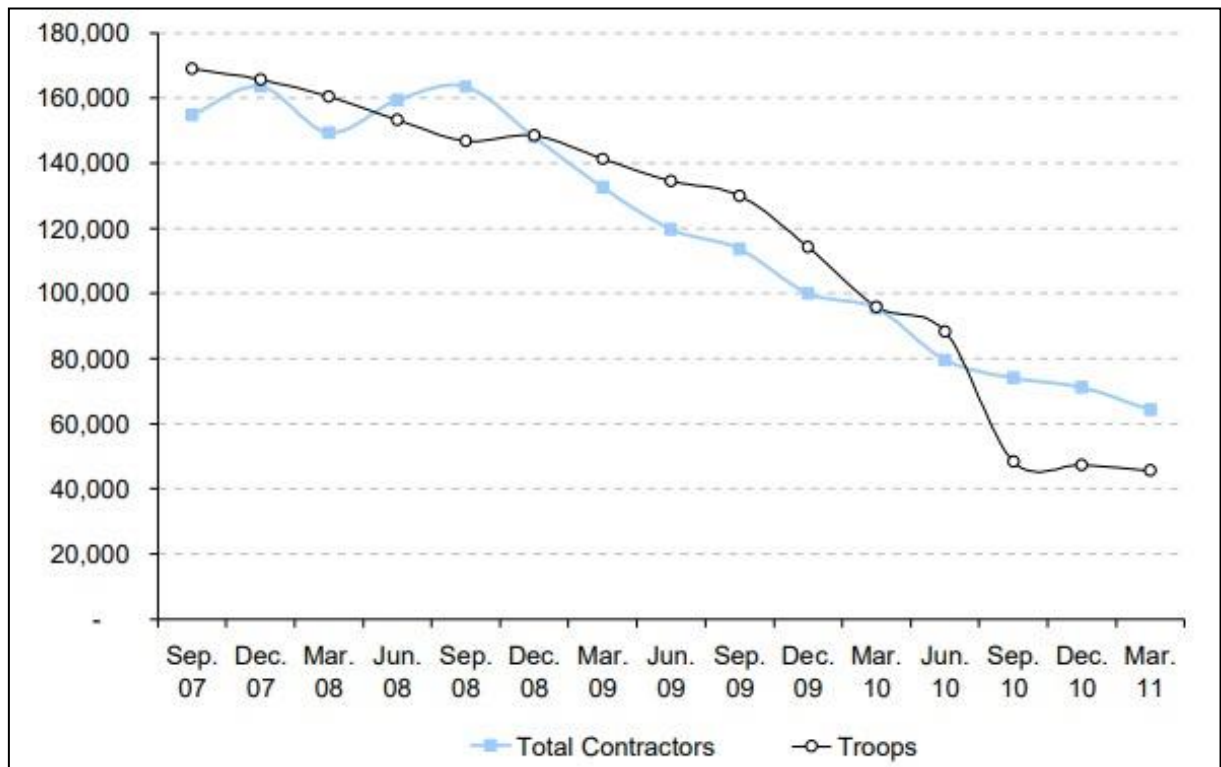
Gráfico 1 - Contratados privados no Iraque pelo tipo de serviço prestado em março de 2011



Fonte: Mosche Schwartz e Joyprada Swain (2011).

Outrossim, como demonstrado no gráfico 2, a quantidade de contratados privados no Iraque foi decaindo ao longo do tempo, no entanto, em março de 2011 o número de agentes privados em relação a quantidade de soldados uniformizados ainda era maior.

Gráfico 2 - Número de contratados privados no Iraque vs soldados uniformizados ao longo dos anos



Fonte: Mosche Schwartz e Joyprada Swain (2011).

Portanto, diante do melhor custo-benefício, “vácuo jurídico” e do aspecto fluido e transacional da indústria das EMSPs, os Estados Unidos criaram uma dependência nos serviços das empresas militares privadas, de modo que sem o apoio da indústria privada nos serviços de logística e apoio, seria mais difícil para o governo e exército americano se sustentar e manter a operação no Iraque. Como afirmado por Terlikowski: *“Particularly striking is the fact that the US Army units functioning in Iraq are almost completely dependent on this single private company and its subcontractors”* (TERLIKOWSKI, 2008, p.43).

Paralelo a isso, Isenberg (2006) argumenta que as empresas militares privadas de segurança tiveram papel fundamental no início e no momento posterior da guerra do Iraque em 2003, uma vez que o Exército americano dependia inteiramente de funcionários privados para manter suas aeronaves e operação de dispositivos tecnológicos. O autor ressalta que, diante disso, os Estados Unidos dependiam dos serviços privados para operar sistemas de computador que geravam imagem aérea tática para o *Combined Air Operations Center* para a guerra no Iraque. No mais, funcionários privados especializados na área da tecnologia foram contratados para serviços de suporte aos Veículos Aéreos Não Tripulados (UAV) e funcionamento de links de dados para transmissão de informações. Os drones não tripulados

*Predator, Global Hawks* e os bombardeios furtivos B-2 eram operados e mantidos por funcionários de empresas privadas (TRAYNOR, 2003). Outrossim, a Marinha dos EUA possuía contrato com EMSPs para operação dos sistemas de mísseis guiados em alguns de seus navios.

David Simons (2004) em seu artigo “*Occupation for Hire: Private Military Companies and their Role in Iraq*” afirma que as empresas militares privadas são uma ferramenta para as forças-armadas dos Estados que podem estar sobrecarregadas. Nesse sentido, o alto número de contratação do setor privado pelos EUA para atuar na guerra do Iraque está relacionado com a alta especialização do soldado privado combinado de um melhor custo-benefício advindo da indústria militar de segurança privada, na qual um funcionário privado podia ganhar entre \$ 500 e \$ 1.000 por dia, dependendo da sua especialidade (SIMONS, 2004).

Logo, o uso da indústria militar privada no Iraque pelos Estados Unidos foi eficiente para a operação americana, visto que forneceu uma solução mais rápida, diversificada e barata comparado aos serviços de segurança dos militares do Exército estadunidense. Em vista disso, de 2009 a 2011 houve um aumento das atividades militares de segurança privada e redução das forças armadas dos EUA no Iraque. Em setembro de 2010, o número de tropas dos EUA aumentou para 47.305 e o número de contratados privados para 74.106, mesmo em casos que houve redução das tropas e EMSPs, as empresas militares de segurança privada constituíam um número maior do que as tropas americanas em território iraquiano (AYUSI, 2018 apud MAHARDI, 2014).

O relatório elaborado por Jennifer K. Elsea, Moshe Schwartz e Kennon H. Nakamura (2009) aponta que a grande dependência norte-americana no uso de contratados privados impulsionou a indústria de segurança privada. O relatório (2009) também aponta que pelo menos 50 empresas militares de segurança privada possuía mais de 30.000 funcionários trabalhando no Iraque para diversos clientes, incluindo governos, setor privado e organizações internacionais. Os funcionários privados que atuavam em território iraquiano possuíam nacionalidades diversificadas – Estados Unidos, Grã-Bretanha, Chile, Fiji, Nepal e Nigéria - e experiência policial ou militar prévia (ELSEA; SCHWARTZ; NAKAMURA, 2009). Em 2010, do total de contratados privados no Iraque (95.500), cerca de 24.719 eram cidadãos americanos, 17.193 eram iraquianos e 53.549 era de países do Terceiro Mundo (SCHEARTZ, 2010). David Isenberg (2006) em sua obra “*Challenges of Security*

*Privatisation in Iraq*” ressalta que a empresa britânica *Erinys* contratou mais de 14.000 iraquianos para proteger a infraestrutura do petróleo no país.

Ademais, Isenberg (2006) argumenta que a dependência das EMSPs pelos Estados Unidos no Iraque aumentou de forma significativa após a fase de operações de combate, focando em serviços de logística e treinamento. Na perspectiva do autor, os EUA subestimaram o número de tropas que seriam necessárias para a operação de estabilidade e segurança, e assim, empresas militares privadas de segurança como a *Halliburton* eram essenciais para realizar serviços de logística militar para manter as forças dos EUA e outras coligações (INSEBERG, 2006).

A falta de segurança no Iraque, proporcionou oportunidade de mercado para a indústria militar de segurança privada. Muitas empresas estrangeiras e iraquianas trabalhavam na reconstrução local do Iraque, porém os EUA não calcularam o surgimento e o crescimento dos insurgentes, não possuindo contingente necessário para proteger os funcionários que atuavam na reconstrução do país e com isso, essas empresas tiveram que contratar as EMSPs para proteger seus funcionários (ISENBERG, 2006). Karli Johnston (2009) em “*Private Military Contractors: Lessons Learned in Iraq and Invreased Accountability in Afghanistan*” estabelece que as EMSPs fornecem uma solução eficaz e multiplica a força fundamental no combate ao terrorismo, garantindo segurança para americanos e iraquianos no Iraque.

Johnston (2009) ressalta que por conta do ambiente difuso e camuflado em que as EMSPs atuam, o público não possui conhecimento de grande parte dos serviços prestados por elas e assim, as EMSPs possuem o poder de moldar a perspectiva da guerra internamente, afastando-a de uma esfera pública. Com isso, as empresas militares de segurança privada estão intrinsecamente relacionadas com despolitização da segurança no setor público, impulsionando a continuação da guerra.

Somado a isso, Leander (2005) ressalta que a partir do crescimento e uso recorrente das EMSPs, o debate sobre segurança passou a ser feito no âmbito privado e/ou militar, reduzindo a participação pública e possibilitando a manipulação de informações em um âmbito mais secreto e sem justificção de suas ações. Como colocado pela autora “*By outsourcing and privatizing decision makers can dispense with justifying interventions as well as with explaining body-bags*” (LEANDER, 2005, p.814). Johnston (2009) ainda afirma que no Iraque o afastamento da esfera pública é resultado do uso das EMSPs pelo governo de Bush para encobertar os custos da guerra, na qual vítimas privadas não eram levadas a

público e nem expostos pela mídia, uma vez que o Pentágono não investigava e localizava vítimas não militares. No Iraque em 2007 havia aproximadamente 917 contratados privados mortos e 10.569 gravemente feridos (JOHNSTON, 2009).

Posto isso, o uso de empresas militares privadas de segurança no Iraque foi fator chave para a expansão da indústria militar de segurança privada. Ori Swed e Daniel Burland (2020) em seu artigo “*The Global Expansion of PMSCs: Trends, Opportunities, and Risks*” revelam que o serviço militar privado se tornou mais frequente no cenário internacional desde o fim da Guerra Fria. O contexto pós-Guerra Fria proporcionou oportunidades para a expansão das empresas militares privadas de segurança no mundo. As guerras no Iraque e Afeganistão potencializaram esse processo, de forma que a atuação das EMSPs foi exclusiva nesses conflitos (SWED; BURLAND, 2020). Nessas duas guerras, os EUA possuíram papel fundamental no fortalecimento do setor privado, proporcionando novas oportunidades para novos atores.

Em contexto de invasão no Iraque, em 2003, o número das EMSPs quase dobrou internacionalmente, passando de 38 em 2001 para 79 em 2003. (SWED; BURLAND, 2020 apud PWSCL-TTU). Assim, com o sucesso do setor militar privado no Iraque, as EMSPs se espalharam pelo mundo, criando outras empresas privadas do setor militar em diversas partes do globo. A partir do banco de dados voltado para as EMSPs produzido pelo *Peace, War, and Social Conflict Laboratory at Texas Tech University* (PWSCL-TTU), Swed e Burland (2020) apontam que com essa expansão, 81 países - representando cerca de 41% de todos as nações do sistema global atual - possuem ao menos uma EMSP dentro de seu território, utilizando seus serviços. Desataca-se atualmente um crescimento de empresas militares de segurança privada chinesas e russas no sistema internacional.

As empresas militares de segurança privada chinesas cada vez mais ganham potência e visibilidade no sistema internacional. Um dos fatores que explicam o maior uso e contrato de EMSPs por parte da China está centrado na proteção de funcionários chineses que atuam para além de suas fronteiras. A partir de 2013, com a expansão da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), houve maior número de trabalhadores chineses operando no exterior. Incidentes envolvendo funcionários chineses já ocorreram em países africanos, Iraque, Quirguistão, Timor-Leste, Afeganistão e Paquistão (AVDALIANI, 2021). Em países da África como o Egito, Quênia e Uganda, estão presentes as principais empresas chinesas de segurança privada: a *Haiwei*, a *Huaxinzhongan*, a *Kunlun Lion Security* e a *Frontier Services Group*, fornecendo serviços de proteção aos mineradores chineses (ARDUINO, 2023).

Logo, existe uma necessidade de proteção a trabalhadores chineses no exterior e as EMSPs são os instrumentos que mais se encaixam nessa problemática, ofertando serviços variados e flexíveis sem proporcionar implicações geopolíticas para o Estado chinês e contribuindo para os interesses econômicos da China. Um estudo realizado pelo *Mercator Institute for China Studies* (MERICS) em 2018, demonstrou que existem mais de 7.000 EMSPs chinesas operando em âmbito doméstico na China e mais de 20 EMSPs atuando fora do país, empregando cerca de 3.200 funcionários privados.

Da mesma forma que os Estados Unidos, a Rússia utiliza as empresas de segurança privadas para elevar e manter sua força imperial no sistema internacional. Segundo o *Center for Strategic & International Studies* (CSIS, 2020), as EMSPs russas fornecem uma variedade de serviços: missões militares, de segurança e de guerra, além de serviços de proteção para altos funcionários do governo local, treinamento, fornecimento de equipamento e capacitação de forças de segurança da nação que irá receber os funcionários privados e/ou milícias locais para operações no campo de batalha. No âmbito do combate, as EMSPs russas fornecem capacidades táticas especializadas, como atiradores e ação antiaérea. As EMSPs de origem russa também realizam serviços de proteção local de infraestrutura de energia, mineração, e extração mineral no país que atuam e para empresas russas que estão presentes na região (CSIS, 2020).

A empresa militar de segurança privada russa Wagner ganhou destaque mundial ao atuar de forma extensiva na Guerra da Ucrânia em 2022 pelo Estado da Rússia. No entanto, o Grupo já atuou de forma contínua e central na Ucrânia durante a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, sendo fundamental para o sucesso russo (CSIS, 2020). Apesar da prática de EMSPs serem ilegais no país russo, o Grupo Wagner é uma empresa militar de segurança privada com alto grau tecnológico e não representa oficialmente a defesa da Rússia (MODERN DIPLOMACY, 2023). O Grupo Wagner foi fundado em 2014 e é composto por ex-soldados de elite com alto grau de especialização e atuam em variadas regiões do mundo (G1, 2023).

Além da Ucrânia, o Grupo Wagner já atuou de forma ativa na Síria, oferecendo serviços de proteção de instalações militares importantes – principalmente campos de petróleo, refinarias e usinas de gás - e serviços paramilitares, dando conselho e direcionamentos as unidades do exército sírios e diversas milícias sírias e estrangeiras que eram a favor de Assad (CSIS, 2020). Como colocado pelo relatório “*Moving out of the shadows: Shifts in Wagner Group Operations Around the World*” publicado pela organização

não-governamental *The Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED), na Líbia, o Grupo Wagner e Grupo *Rossiskie System Bezopasnosti* apoiaram o General Khalifa Haftar e o autointitulado Exército Nacional Líbio, fornecendo equipamentos, treinamentos, proteção de instalações de petróleo, gás, portos e infraestruturas importantes, formação e serviços de inteligência (ACLED, 2023 e CSIS, 2020).

No início de 2020, a Rússia enviou aproximadamente 1.200 funcionários privados para atuarem em diversos locais de treinamento, bases avançadas e instalações importantes de energia e infraestrutura na Líbia, contribuindo para os interesses russos na região (CSIS, 2020). Em países da África, o Grupo Wagner prestou serviços de segurança para as mineradoras russas (G1, 2023) e proteção de líderes políticos. Como estabelecido pelo CSIS (2020), no Sudão, o Grupo Wagner foi contratado pela Rússia para fornecimento de apoio militar e político ao presidente Omar al-Bashir em troca de parte da mineração de ouro. Assim como, em Moçambique, o Grupo Wagner atuou em nome da Rússia contra insurgentes islâmicos a fim de ter acesso ao gás natural (CSIS, 2020).

Existem várias alegações de que os funcionários do Grupo Wagner cometeram graves violações de direitos humanos, como tortura, estupro e execuções extrajudiciais (BBC NEWS BRASIL, 2024). Na Ucrânia houve relatos de ações violentas por parte dos funcionários do Grupo Wagner contra civis ucranianos, por exemplo, uma explosão no campo de prisioneiros de guerra na área ocupada de Olenivka, em Donetsk em 29 de julho de 2022, matou mais de 50 detidos (ACLED, 2023). Ainda de acordo com dados da ACLED (2023), entre 1 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2023, foi registrado 298 situações de violência política envolvendo o Grupo Wagner no Mali.

Portanto, as EMSPs russas são extremamente importantes para a manutenção de áreas de influência russa, além de manter os interesses políticos e econômicos da Rússia. Como mostrado pelos exemplos acima, as EMSPs russas e chinesas estão se fortalecendo e expandindo cada vez mais em nível global. Com a falta de uma regulamentação, essas empresas atuam no âmbito da impunidade, cometendo ações violentas sem serem responsabilizados e penalizados. Logo, de modo semelhante aos Estados Unidos, a Rússia utiliza as EMSPs para atingir seus interesses sem ter implicações geopolíticas, visto que as empresas militares de segurança privada possuem vácuo jurídico, atuando em um espaço marcado por incertezas.

## 5 CONCLUSÃO

O setor militar privado de segurança está se potencializando rapidamente em uma era globalizada. As EMSPs se tornaram soluções aos Estados que necessitam de uma força militar complementar e que não almejam implicações geopolíticas no cenário internacional. Da mesma forma, a indústria militar privada está cada vez mais presente nas guerras contemporâneas, influenciando conflitos e proporcionando que atores não estatais possuam acesso e controle do uso da violência, indefinindo a esfera público-privado. As EMSPs são atores fundamentais no sistema internacional e necessitam de maior atenção, essencialmente pelo fato de que atuam em um “vácuo” jurídico, podendo fugir de restrições e penalizações legais quando violam algum direito internacional ou direito humano.

No Iraque as EMSPs foram fundamentais para a reconstrução do país e manutenção da força imperial norte-americana, atuando como forças complementares as Forças Armadas de forma indireta sem que houvesse implicações políticas internacionais. Nesse sentido, fica claro que a falta de transparência das contratações realizadas pelos Estados Unidos é intencional e proposital, uma vez que o governo americano não quer ter seu Estado vinculado com as empresas militares privadas de segurança que estão atreladas a violação dos direitos humanos, como ocorreu no caso da empresa *Blackwater*.

Outrossim, os EUA contrataram as empresas militares privadas no Iraque para realizar serviços que “sujam” a imagem do Estado e assim, ao contratar essas empresas a responsabilização não recai sobre o Estado norte-americano, visto que essas empresas possuem imunidade e um ‘vácuo jurídico’ que dificultam sua penalização e responsabilização. Por fim, o governo americano invadiu o Iraque em 2003 sob a justificativa da “Guerra ao Terror”, no entanto é nítido que também havia interesses econômicos, uma vez que muitas empresas sob contrato com o governo americano atuavam na proteção de áreas petrolíferas e oleodutos. Assim, para continuar sua ocupação e ainda manter uma imagem limpa na comunidade internacional retirou parte de seu exército nacional e contratou empresas militares privadas terceirizadas que atuavam sob contrato do Estado ou da CPA de forma mais implícita do que as Forças Armadas.

Com o sucesso do uso extensivo e contínuo de EMSPs no Iraque, houve uma expansão global da indústria militar de segurança privada. EMSPs russas e chinesas se expandem cada vez mais, ganhando destaque em nível internacional. Atualmente, o caso da Rússia assemelha-se ao movimento dos EUA no sentido de expandir suas áreas de influência

e fortalecer sua força imperial por meio do uso de EMSPs a fim de atingir interesses econômicos e políticos sem efeitos geopolíticos diretos. Em vista do vácuo jurídico que as empresas militares de segurança privada atuam e a falta de uma regulamentação com força vinculativa e alto grau de adesão que limite as ações de seus funcionários privados, cada vez mais os Estados acabam optando pelo setor militar privado, pois as empresas não são penalizadas e os Estados contratantes acabam não tendo seu nome relacionado as violações do direito internacional e dos direitos humanos cometido por funcionários das EMSPs. Tendo em vista o fortalecimento e crescimento das EMSPs no sistema global e suas inúmeras consequências para o direito internacional e direitos humanos, é de extrema importância a criação de normas internacionais com força obrigatória que regulamente e fiscalizem as ações das EMSPs e de seus funcionários, a fim de garantir penalização e justiça para as vítimas das práticas violentas cometidas por funcionários privados.

## REFERÊNCIAS

A privatização da força e os novos desafios para a segurança internacional: empresas militares privadas no Afeganistão e Iraque. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP**. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000100048&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100048&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ADEGOKE, Yemisi. Como o Grupo Wagner está conquistando terreno na África. **BBC News Brasil**, 14 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gye534w57o>. Acesso em: 14 mar. 2024.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. **Privatização da segurança; ganhos econômicos da atuação das Empresas Militares e de Segurança Privada (EMSP) no Iraque ocupado**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 135-140. 2017.

AVANT, Deborah D. Private security companies. **New Political Economy**, v. 10, n. 1, p. 121–131, 5 jan. 2005.

AVANT, Deborah. **The Market for Force: The consequences of Privatizing Security**. [s.l.] Cambridge University Press, 2005.

AVDALIANI, Emil. For China, Private Military Companies are the Future. **The National Interest**, 8 nov. 2021. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/china-private-military-companies-are-future-195772>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

AYUSI, Raviq. The efficiency of the use of Private Military Security Companies (pmsc) by the United States in Iraq. **International Journal Economics Management and Social Science**, v. 1, n. 2, p. 51–59, jun. 2018.

COSTA, Priscila Borba d. A Guerra ao Terror e a privatização da força: uma primeira análise do uso de companhias militares privadas nas intervenções estadunidenses no pós-onze de setembro. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 171–185, 2012.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **The Business of War – Growing risks from Private Military Companies**, p. 1-9, 31 ago. 2023.

ELSA, Jennifer K.; SCHWARTZ, Moshe.; NAKAMURA, Kennon H. **Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues**, 2009.

FEDERAL DEPARTEMENT OF FOREIGN AFFAIRS. **The Montreux Document**. Disponível em: <<https://www.eda.admin.ch/eda/en/fdfa/foreign-policy/international-law/international-humanitarian-law/private-military-security-companies/montreux-document.html>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GENEVA CENTRE FOR SECURITY SECTOR GOVERNANCE. **The Montreux Document on Pertinent International Legal Obligations and Good Practices for States Related to Operations on Private Military and Security Companies During Armed Conflict (2008)**. Disponível em:

<<https://www.securityhumanrightshub.org/node/266>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

INTERNATIONAL COMITTEE OF THE RED CROSS. **The Montreux Document on Private Military and Security Companies**. Disponível

em:<<https://www.icrc.org/em/publication/0996-montreux-document-private-military-and-security-companies>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ISENBERG, David. A government in search of cover: PMCs in Iraq. **British American Security Information Council**, p. 3-28, mar. 2006.

ISENBERG, David. Challenges of Security Privatisation in Iraq. *In: PRIVATE Actors and Security Governance. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF)*, 2006. cap. 8, p. 1-18.

ISIMA, Jeffrey. The Global Marketplace and the Privatisation of Security. **Institute of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 113-120, mar. 2009.

JOHNSTON, Karli. Private Military Contractors: Lessons Learned in Iraq and Increased Accountability in Afganistan. **Georgetown Journal of International Affairs**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2009.

KALDOR, Marry. Introduction. *In: New and Old Wars: Organized violence in a global era*. 3. ed. **Polity Press**, p. 1-15, 2012.

KATZ, Brian; JONES, Seth G.; DOXSEE, Catrina; HARRINGTON, Nicholas. The Expansion of Russian Private Military Companies. **Center for Strategic & International Studies**, set. 2020. Disponível em: <<https://russianpmcs.csis.org/>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

KEES, Alexander. Regulation of Private Military Companies. **Goettingen Journal of International Law**, v. 3, n. 1, p. 199-216, 2011.

KINSEY, Christopher. **Corporate soldiers and international security: The rise of private military companies**. Routledge, 2006.

LEANDER, Anna. The power to constructo international security: On the significance of private military companies. **Millennium**, v. 33, n.3, p. 803-825, 2005.

MANOILO, Andrei Viktorovich; ZAYTSEV, Alexander Yaroslavovich. International Legal Status of Private Military Companies. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 90, n. 1, p. 47-55, 2020.

MENDES, Cristiano. Soberania e utilização de empresas militares privadas: o caso do Iraque. **Revista Múltipla**, Brasília, v. 23, n. 29, p. 31-47, dez. 2010.

NASSER, Reginaldo Mattar; PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 27–46, mar. 2015.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano d. A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”. **Carta Internacional**, p. 64–77, mar. 2010.

O QUE é o Grupo Wagner, formado por mercenários que combateram na Ucrânia. **G1**, 23 ago. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/08/23/o-que-e-o-grupo-wagner.ghtml>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. A ascensão de empresas militares e de segurança privada no pós-Guerra Fria: Genesis do problema e seus impactos sobre a segurança internacional. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v.2, n. 3, p.159-192, 2013.

SARJITO, Aris. The Role of Private Military Companies in Defense Policy and Military Operations. **Andalus Journal of International Studies**, v. 12, n. 1, p. 38-53, maio 2023.

SAWAF, Mohammed. Empresa de segurança Blackwater muda de nome novamente. **Veja Abril**, 12 dez. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/empresa-de-seguranca-blackwater-muda-de-nome-novamente>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater: The Rise of the World’s Most Powerful Mercenary Army**. Serpent’s Tail ed, 2008.

SCHWARTZ, Moshe. **Department of Defense Contractors in Afghanistan and Iraq: Background and Analysis**, 2010.

SCHWARTZ, Moshe; SWAIN, Joyprada. **Department of Defense Contractors in Afghanistan and Iraq: Background and Analysis**, 2011.

SERWAT, Ladd; NSAIBIA, Héni; GURCOV, Nichita. Moving out of the shadows: Shifts in Wagner Group Operations Around the World. **The Armed Conflict Location & Event Data Project**, p.3-42, 2023.

SIDDHARTHA, Anupam; JOSHI, Bharat. Blackwater: The Private Military And Security Company. **World Affairs: The Journal of International Issues**, v. 3, n. 13, p. 106-121, 2009.

SIMONS, David. Occupation for Hire: Private Military Companies and their Role in Iraq. **The RUSI Journal**, p. 1-5, 2004.

SINGER, P. W. Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry and Its Ramifications for International Security. **MIT Press**, v. 26, n. 3, p. 186-220, 2002.

SWED, Ori; BURLAND, Daniel. **The Global Expansion of PMSCs: Trends, Opportunities, and Risks**. Texas Tech University e University of Saint Mary, p. 1-20, 2020.

TALL, Caleb M. The Wagner Group and the Evolving Global Threat of Private Military Companies. **Modern Diplomacy**, 19 abr. 2023. Disponível em: <<https://moderndiplomacy.eu/2023/04/19/the-wagner-group-and-the-evolving-global-threat-of-private-military-companies/>>. Acesso em 14 mar. 2024.

TALMON, S. **The Occupation of Iraq**. Volume II: The Official Documents of The Coalition Provisional Authority and the Iraqi Governing Council. Oxford: Hart Publishing, 2013.

TERLIKOWSKI, Marcin. Private Military Companies in the US Stabilization Operation in Iraq. **Materiały Studialne PISM research Papers**, n. 9, p. 33-54, ago. 2008.

THE FEDERAL COUNCIL. **Private security companies: the International Code of Conduct takes na operational dimension**. Disponível em: <<https://www.admin.ch/gov/en/start/dokumentation/medienmitteilungen.msg-id-50311.html>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

THE RESPONSIBLE SECURITY ASSOCIATION. **The International Code of Conduct for Private Security Service Providers**. Disponível em: <<https://icoca.ch/the-code/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

TRAYNOR, Ian. The privatisation of war, 10 dez. 2003. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2003/dec/10/politics.iraq>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

UADIALE, Martin. Private Military Companies "The Market for Force": Toward international regulatory and control frame work". **International Journal of Economic Development Research and Investment**, v. 2, n. 2, p. 129-141, ago. 2011.

U.S STATE DEPARTMENT. **Government Iraq Reconstruction: Information on Contracts**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/e/eeb/cba/iraq/>>. Acesso em: 21 nov. 2023.